

9.5 O presente edital não terá prazo de validade, para propiciar o credenciamento do maior número possível de pessoas jurídicas ou produtores rurais.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

#### ANEXOS A MINUTA DO EDITAL

TERMO DE COMPROMISSO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DE SUA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP, E

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, inscrita no CNPJ XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sua sede em Belo Horizonte - MG, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - 4º andar, representada pelo(a) SUPERINTENDENTE(A) DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_, SSP/MG e CPF: \_\_\_\_\_, tendo sua sede na RUA \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, -MG, inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_, neste instrumento representada por \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, SSPMG, e CPF \_\_\_\_\_, a seguir denominado PARCEIRO, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, que será regido pela Lei Federal 8.666/93 suas modificações subsequentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**  
Constitui objeto deste Termo de Compromisso a viabilização de procedimentos destinados à profissionalização, capacitação, qualificação e ressocialização dos presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, com o aproveitamento da mão-de-obra dos presos reclusos na Unidade Prisional: \_\_\_\_\_, situada em \_\_\_\_\_ - MG, para prestação de serviços

Parágrafo Primeiro: Este Termo de Compromisso atende ao disposto na Lei Federal nº 7.210/1984, Lei Estadual nº 11.404/1994 e Decreto Estadual nº 46.220/2016, e fundamenta-se na dignidade da pessoa humana, conforme determina o art. 1º, III da CF/88.

Parágrafo Segundo: A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento, conforme determina o art. 40, §5º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: Os presos em exercício de atividades laborais na parceria não estarão sujeitos ao Regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, mas sim ao que estabelece a Lei de Execuções Penais 7.210/84.

Parágrafo Quarto: Fica facultado ao Parceiro contratar o egresso após o término de cumprimento de sua pena.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**  
O prazo de vigência deste Termo de Compromisso é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: O Termo de Compromisso poderá ser aditado, no interesse dos partícipes, mediante proposta a ser apresentada, com as devidas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência.

Parágrafo Segundo: Após o vencimento do presente termo, todas as atividades laborais devem ser imediatamente suspensas.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO DO TERMO DE COMPROMISSO**  
A gestão do presente Termo de Compromisso será de responsabilidade do(a) Diretor(a) Geral: \_\_\_\_\_ da unidade: \_\_\_\_\_, MASP: \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS**

Parágrafo Primeiro - Competirá a Sejusp:  
A - Disponibilizar as condições necessárias ao cumprimento do objeto deste Instrumento;  
B - Promover o repasse da remuneração relativa ao trabalho do preso através da Superintendência de Administração e Finanças;

Parágrafo Segundo - Competirá ao Parceiro:  
A - Indicar, oficialmente, o nome do técnico responsável para responder por esse instrumento junto à Sejusp;  
B - Cumprir todas as normas e instruções relativas à segurança da Unidade Prisional em se tratando de trabalho interno, nas dependências da Unidade Prisional;  
C - Capacitar os presos para o bom desempenho das atividades a serem desenvolvidas;  
D - Controlar a frequência, as atividades desenvolvidas e as horas trabalhadas dos presos;  
E - Acompanhar as atividades de trabalho dos presos;  
F - Fornecer os uniformes, os equipamentos, as máquinas e utensílios, de sua responsabilidade, necessários e adequados para o bom andamento dos trabalhos e para o cumprimento do objeto deste instrumento;  
G - Assegurar a boa manutenção das estruturas a serem utilizadas, em se tratando de trabalho interno, nas dependências da Unidade Prisional;  
H - Ressarcir o Estado, nos casos de trabalho interno, pela utilização no que tange aos gastos com o fornecimento de água e energia elétrica;  
I - Cumprir toda legislação pertinente à saúde e segurança no trabalho, disponibilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para o desempenho das atividades;  
J - Responder por danos, e indenizar o preso ou seus sucessores, em casos de acidentes de trabalho em decorrência das atividades prestadas na execução das tarefas pactuadas neste instrumento;  
K - Havendo terceirização do objeto deste termo, total ou parcial, a Sejusp deverá ser comunicada;  
L - Custear o transporte, bem como a alimentação, em caso de prestação de serviços e outorga de mão de obra externa;  
M - Pagar o ressarcimento do seguro contra acidentes de trabalho quando este for contratado pela Sejusp;

Parágrafo Terceiro - Competirá ao Diretor da Unidade Prisional:  
A - Manter o número de presos acordado com o parceiro;  
B - Substituir os presos que forem desligados da parceria;  
C - Visitar o Parceiro mensalmente para verificar as condições de trabalho e o uso corretos dos EPIs;  
D - Comunicar ao parceiro, imediatamente, eventuais paralisações, bem como ocorrências atípicas e impeditivas relativas à liberação dos presos para prestarem o serviço laboral;  
E - Promover por meio da Comissão Técnica de Classificação (CTC) a seleção dos presos;  
F - Pedir autorização judicial para o trabalho externo, se necessário;  
G - Emitir relatório sobre o trabalho dos internos ao final de cada mês, a fim de remição de pena;  
H - Substituir o preso que faltar, opuser resistência, ou ser negligente ao desenvolvimento dos trabalhos;  
I - Permitir o ingresso dos diretores e empregados da empresa nas dependências da Unidade.  
J - Inserir mensalmente, quando houver, os valores referentes à utilização de energia elétrica, água e esgoto no SIGPRI, para geração dos DAE's de ressarcimento.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

A opção pactuada é de pagamento fixo de ⅓ do salário mínimo vigente à época do pagamento. Caberá ao Parceiro:  
1 - Depositar mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, dentro do prazo definido de cada mês, o valor proporcional ao Ressarcimento de 25% sobre a remuneração dos presos em trabalho no objeto deste Instrumento.  
2 - Depositar mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, dentro do prazo definido de cada mês, o valor proporcional ao Pecúlio de 25%, cabendo à Sejusp o repasse em conta judicial aos presos.  
3 - Depositar mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, dentro do prazo definido de cada mês, o valor proporcional ao Líquido Benefício de 50%, cabendo à Sejusp o repasse aos presos.  
4 - Depositar mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, dentro do prazo definido de cada mês, o

valor proporcional ao consumo de energia elétrica da oficina de trabalho, conforme leitura dos medidores instalados pelo próprio Parceiro.  
5 - Depositar mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, dentro do prazo definido de cada mês, o valor proporcional ao consumo de água da oficina de trabalho, conforme leitura dos medidores instalados pelo próprio Parceiro.

Parágrafo Primeiro: O pagamento fixo de 3/4 do salário mínimo vigente será de acordo com a jornada de trabalho de \_\_\_\_\_ horas diárias, ficando autorizados descontos proporcionais às horas não trabalhadas na folha mensal de pagamento do preso.

Parágrafo Segundo: Fica facultado ao Parceiro oferecer ao preso o benefício de cesta básica ou do kit de higiene pessoal, sendo vedado que tal benefício seja em espécie.

Parágrafo Terceiro: Havendo atraso ou outra irregularidade nos pagamentos de quaisquer DAE's supracitados, estes ensejarão suspensão imediata das atividades laborais dos presos, sem prejuízo para as devidas medidas civis, administrativas e penais.

Parágrafo Quarto: A redução na jornada de trabalho ocasionada por intercorrências decorrentes do dia-a-dia da unidade prisional será devidamente descontada do total de horas registradas, cabendo à direção da unidade evitar ao máximo tal inconveniência.

Parágrafo Quinto: Se o preso não tiver uma conta benefício criada, o valor do líquido benefício será incorporado a conta pecúlio.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
O presente Termo de Compromisso não contempla a transferência de recursos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS BENEFITÓRIAS**  
Todas as beneficiárias, obras, acessos e plantações realizadas em área de propriedade do Estado serão incorporadas ao patrimônio público, sendo vedado ao parceiro levanta-las ao fim da relação, e não obrigarão o Estado ao ressarcimento das despesas decorrentes de sua construção.

Parágrafo único: Considera-se obra, toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por exceção direta ou indireta.

**CLÁUSULA OITAVA - DA JORNADA DE TRABALHO**  
A jornada de trabalho do preso não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com repouso semanal não remunerado aos domingos e feriados, respeitando a carga horária máxima de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**CLÁUSULA NONA - DA VEDAÇÃO**  
É vedado ao funcionário público estadual, regido pela lei estadual 869 de 06 de julho de 1952, a formalização de parceria e assinatura do Termo de Compromisso.

**CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO**  
O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito e a qualquer tempo pelos compromissos mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutíveis.

Parágrafo único: Constitui motivo para rescisão deste Termo de Compromisso, independentemente do instrumento de sua formalização, a inadimplência de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constadas em desacordo com a Proposta de Parceria.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE**  
Fica a Sejusp desonerada de quaisquer obrigações assumidas pelo Parceiro, seja em caráter solidário ou subsidiário, bem como eventuais danos ou depreciações no maquinário de propriedade do Parceiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**  
Para que este Termo de Compromisso atenda aos princípios legais da Administração Pública, o mesmo será publicado pela - Sejusp no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**  
Os compromissários elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer causas e conflitos oriundos deste Instrumento.

E assim, ficam os compromissários convenionados a dar ampla divulgação a este Termo de Compromisso, bem como assiná-lo eletronicamente, juntamente com 02 (duas testemunhas), para fins e efeitos legais.

Parágrafo único: Na impossibilidade de assinar Termo de Compromisso digitalmente, este deverá ser assinado por meio físico em 03 (três) vias de igual teor.

Belo Horizonte,	de	de
Superintendente(a) de Humanização do Atendimento		
Diretor(a) Geral do(a)		
Parceiro(a)		
Testemunha		
Nome:		
CPF:		
Testemunha		
Nome:		
CPF:		

99 cm -11 1291994 - 1

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO  
PARTES: EMG/SEJUSP e MUNICÍPIO DE PONTE NOVA. ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº: 3223. OBJETO: O presente Termo tem por objeto a profissionalização, capacitação, qualificação e ressocialização de presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, com o aproveitamento da mão-de-obra dos presos que cumprem pena no COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PONTE NOVA, subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, para a prestação de SERVIÇOS GERAIS. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de assinatura. SEM REPASSE DE RECURSOS POR PARTE DO ESTADO. SIGNATÁRIOS: LOUISE BERNARDES DE QUEIROZ PEIXOTO FRANÇA, Superintendente de Humanização do Atendimento e WAGNER MOL GUIMARÃES, representante legal de MUNICÍPIO DE PONTE NOVA.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO  
PARTES: EMG/SEJUSP e SIER MOVEIS LTDA. ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº: 3246. OBJETO: O presente Termo tem por objeto a profissionalização, capacitação, qualificação e ressocialização de presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, com o aproveitamento da mão-de-obra dos presos que cumprem pena no PRESÍDIO DE UBA, subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, para a prestação de serviços de FABRICAÇÃO DE MOVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura. SEM REPASSE DE RECURSOS POR PARTE DO ESTADO. SIGNATÁRIOS: LOUISE BERNARDES DE QUEIROZ PEIXOTO FRANÇA, Superintendente de Humanização do Atendimento e ERIVELTON CANESCHI FINTELMAN, representante legal de SIER MOVEIS LTDA.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO  
PARTES: EMG/SEJUSP e FERNANDA FERREIRA VIANNA. ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº: 3247. OBJETO: O presente Termo tem por objeto a profissionalização, capacitação, qualificação e ressocialização de presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, com o aproveitamento da mão-de-obra dos presos que cumprem pena no COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO ESTEVAO PINTO, subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, para a prestação de serviços de CONFECÇÃO DE PECAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS: 24 (vinte

e quatro) meses, a partir da data de assinatura. SEM REPASSE DE RECURSOS POR PARTE DO ESTADO. SIGNATÁRIOS: LOUISE BERNARDES DE QUEIROZ PEIXOTO FRANÇA, Superintendente de Humanização do Atendimento e Fernanda Ferreira Vianna, representante legal de FERNANDA FERREIRA VIANNA.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO  
PARTES: EMG/SEJUSP e TOP QUALITY ALIMENTAÇÃO EIRELI. ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº: 3252. OBJETO: O presente Termo tem por objeto a profissionalização, capacitação, qualificação e ressocialização de presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, com o aproveitamento da mão-de-obra dos presos que cumprem pena no PRESÍDIO DE POUSO ALEGRE, subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, para a prestação de serviços de DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO NA UNIDADE. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de assinatura. SEM REPASSE DE RECURSOS POR PARTE DO ESTADO. SIGNATÁRIOS: LOUISE BERNARDES DE QUEIROZ PEIXOTO FRANÇA, Superintendente de Humanização do Atendimento e LEANDRO FLÁVIO DE MELLO VESTINO, representante legal de TOP QUALITY ALIMENTAÇÃO EIRELI.

13 cm -11 1291981 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 339032.11.2764.01.19  
PARTES: EMG/SEAP E JP LOPES EMPACOTAMENTO EIRELI . E ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao contrato de aquisição de cestas básicas de produtos alimentícioscelebrado entre o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Justiça e Segurança Pública . OBJETO: A) A ALTERAÇÃO DO PREÂMBULO do contrato inicial DA TITULARIDADE DA CONTRATANTE: Considerando a Lei Estadual nº 23.304 de 30/05/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras Providências, publicada no IOF/ MG em 31/05/2019, Pág. 3 a 15, que promoveu a reforma administrativa no Estado de Minas Gerais com a Fusão da Secretaria de Estado de Administração Prisional - SEAPcom a Secretaria de Segurança Pública - SESP, altera a denominação da Contratante para SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/ MG, número no CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ: 05.487.631/0001-09. B) A ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, constante daCLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS do contrato inicial. C) O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, através daalteração do valor unitário da cesta básica referente ao Lote 1 do Contrato Inicial de R\$ 44,49 para R\$ 55,21, representando o aumento percentual de 24 % no LOTE 1. Ata de Registro de Preços nº 07/2018, proveniente do Pregão Eletrônico nº 193/2018, Termo de Referência, conforme o REQUERIMENTO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA CONTRATADA, as NOTAS FISCAIS COMPARATIVAS DE PREÇO DA CONTRATADA/DESTACANDO O AUMENTO DE VALOR

## SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDITAL SEMAD/CIEA Nº 01/2019

Processo eletivo de representantes de organizações não-governamentais legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de entidade privada reconhecidamente dedicada ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico na área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida, com atuação na área de educação ambiental, para composição da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais- CIEA/MG.

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, considerando o disposto no Decreto Estadual nº 44.264, de 24 de março de 2006, capítulo III, art. 3º, torna público o presente Edital para a eleição de representantes de organizações não-governamentais legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de entidade privada reconhecidamente dedicada ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico na área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida, com atuação na área de educação ambiental, para comporem aCIEA/MG.

Capítulo I

Das disposições relativas à eleição do segmento das organizações não-governamentaislegalmente constituídasno Estado de Minas Gerais para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, para compor a CIEA/MG  
Art. 1º As organizações não governamentais legalmente constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, de que tratam o art. 3º, inciso XI, alínea “e” e §3º, do Decreto nº 44.264, de 24 de março de 2006, interessadas em participar do processo eletivo para compor a CIEA/MG, deverão atender os seguintes critérios:

I – Possuir cadastro vigente junto ao Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA –, instituído pela Resolução Semad nº 2.623, de 16 de abril de 2018, há pelo menos um ano, a contar da data de publicação deste Edital,comprovado por meio do Sistema de Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – SICEEA;

II – Apresentar Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado, conforme disponibilizado no Anexo II do presente Edital.

III – Comprovar atuação na área de educação ambiental no Estado de Minas Gerais há pelo menos um ano, a contar da data de publicação deste Edital, conforme Relatório de Atividades constante no Anexo III do presente Edital;

§1º A documentação referente aos incisos II e III deste artigo deverá ser encaminhada em formato PDF para o e-maileducacao.ambiental@meioambiente.mg.gov.br, devidamente preenchida e assinada.

§2º A inobservância a qualquer dos critérios estabelecidos neste artigo acarretará a inabilitação da entidade.

Capítulo II

Das disposições relativas à eleição do segmento dasentidades privadas reconhecidamente dedicadas ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico na área de meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida, com atuação na área de educação ambiental, paracompor a CIEA/MG

Art. 2º As entidades privadas reconhecidamente dedicadas ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico na área de meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida, com atuação na área de educação ambiental, de que tratam o art. 3º, inciso XI, alínea “n” e §3º, do Decreto nº 44.264, de 24 de março de 2006, interessadas em participar do processo eletivo para compor a CIEA/MG, deverão atender os seguintes critérios:

I – Apresentar Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado, conforme disponibilizado no Anexo II do presente Edital.

II – Comprovar ter sede e atuação na área de educação ambiental no Estado de Minas Gerais há pelo menos um ano, a contar da data de publicação deste Edital, conforme Relatório de Atividades constante no Anexo III do presente Edital;

III – Apresentar cópia do estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas relativo à entidade.

IV – Apresentar comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor.

V – Apresentar comprovante que conste o nome do representante legal da entidade.

VI – No caso de tratar-se de Fundação, apresentar comprovante da aprovação do estatuto pelo Ministério Público.

§1º A documentação referente aos incisos IaVI deste artigo deverá ser encaminhada em formato PDF para o e-maileducacao.ambiental@meioambiente.mg.gov.br, devidamente preenchida e assinada.

§2º A inobservância a qualquer dos critérios estabelecidos neste artigo acarretará a inabilitação da entidade.

Capítulo III

Das etapas do processo eletivo

Art. 3º – O processo eletivo a que se refere os Arts. 1º e 2º será realizado em duas etapas:

I - A primeira etapa consistirá na inscrição e habilitação das entidades candidatas por meio dos seguintes trâmites e conforme prazosprevistos no Calendário de Atividades constante no Anexo I deste Edital:

a)Recebimento das inscrições das entidades pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad.

b)Verificação pela Semad da habilitação das entidades quanto ao preenchimento dos requisitos, documentação exigida e atendimento aos demais critérios previstos neste Edital.

c) Divulgaçãoda relação dosresultadosdas inscrições habilitadas e não habilitadas, em ordem alfabética, por segmento, no sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br).

d) Formalização derecurso administrativo pelas entidades não habilitadas contra o resultado de sua não habilitação, caso existam.

e) Análise e decisão dos recursos administrativos pela Semad, caso existam.

f)Divulgação do resultado dos recursos administrativos no sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br), caso existam.

II - A segunda etapa consistirá na eleição presencial dos representantes de cada segmento, durante reunião da CIEA/MG, por meio dos seguintes trâmites e conforme prazosprevistos no Calendário de Atividades constante no Anexo I deste Edital:

a) A Semad encaminhará convite por correio eletrônico às entidades habilitadas, e disponibilizará comunicado no sítio eletrônico da Semad, acessível pelo endereçowww.meioambiente.mg.gov.br, para que compareçam à reunião da CIEA/MG, a ser realizada em Belo Horizonte/MG.

b) Os diretores máximos das entidades habilitadas deverão indicar formalmente, até a data da reunião, seu(s) representante(s) candidato(s) para a CIEA/MG, que deverão participar da reunião.

c) A Semad encaminhará aos membros titulares e suplentes da CIEA/MG a listagem das entidades habilitadas e demais documentos porventura necessários para avaliação das entidades.

d) A coordenação da CIEA/MG fará uma apresentação institucional sucinta sobre a Comissão e suas competências durante a reunião.

e) Os representantes deverão realizar uma apresentação oral sobre a atuação na área de educação ambiental da sua entidade, com duração de no máximo quinze minutos, sem interrupção por parte dos membros, prorrogáveis a critério do Presidente da CIEA/MG.

f) O representante da entidade poderá utilizar-se de recursos de multimídia para complementar sua apresentação oral, caso desejado, devendo neste caso chegar no local da reunião com antecedência mínima de trinta minutos do início da reunião.

g) A ordem das apresentações será definida por meio de sorteio no início da reunião da CIEA/MG, priorizando as apresentações das entidades habilitadas com sede no interior.

h) Os membros natos, titular ou suplente, da CIEA/MG poderão arguir cada candidato, com duração total de no máximo quinze minutos.

i) Será realizado um processo de votação pelos membros titulares da CIEA/MG, ou seus respectivos suplentes, conforme previsto no Art. 4º, a ser conduzido pela Coordenação, por meio de voto secreto e por escrito, durante a mesma reunião, na presença dos representantes das entidades.

j) Os resultados do processo eletivo serão registrados em ata de reunião, a ser assinada por todos os membros natos presentes, na próxima reunião ordinária da CIEA/MG.

k) A notificação das entidades eleitas quanto aos resultados do processo eletivo será considerada, para todos os fins, realizada durante o ato da reunião.

§1º – Não serão disponibilizados aos representantes das entidades candidatasrecursos de qualquer espécie referente ao transporte, deslocamento, alimentação e hospedagem para participarem do processo eletivo.

§2º – O não comparecimento dorepresentante da entidade candidata na reunião prevista naalínea “a” do inciso II implicará na imediata desclassificação da entidade no processo eletivo.

§3º – As entidades candidatas são unicamente responsáveis por acompanhar as etapas do processo eletivo a que se refere o Art. 3º, por respeitar os prazos estipulados neste Edital, por manter atualizados seus meios de contato, e por acessar com frequência seu correio eletrônico, o sítio eletrônico da Semad e o Diário Oficial do Estado.

§4º – Os representantes das entidades habilitadas não assistirão à apresentação realizada pelos demais candidatos.

Capítulo IV

Da Votação, Empate e Vaga Deserta

Art. 4º A votação prevista na alínea “i” do inciso II do Art. 3º será conduzida pela coordenação da CIEA/MG, ocorrerá por meio de preenchimento de cédula simples e será apurada logo após seu término, sendo permitida a presença dos representantes das entidades habilitadas durante a apuração.

§1º Cada membro titular ou seu respectivo suplente votará uma única vez para cada vaga disponível.

§2º A entidade com maior número de votos ocupará a cadeira de titular, enquanto a entidade que obtiver a segunda maior votação ocupará a cadeira de suplente, por segmento.

§3º Em caso de empate, será realizado um sorteio entre as entidades mais votadas para escolha das cadeiras de titular e de suplente, por segmento, durante a reunião do Plenário da CIEA/MG nos termos do capítulo III deste Edital.

DO PREÇO DO FEIJÃO CARIOCA E A REPORTAGEM SOBRE A ALTA DE PREÇO DO FEIJÃO CARIOCA. DO VALOR: O preço global do presente contrato após o reequilíbrio econômico financeiro do LOTE 1 e o contido no relatório de fiscalização do referido contrato inicial no Memorando.SEJUSP/NUPA. Nº 315/2019 DE 03/10/2019 é de R\$44.644,50. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nº 1451.06.421.203.4579.0001.339032.01.0.10.1 SIGNATÁRIOS: Andreza Rafaela Abreu Gomes e Márcio de FariaCastro . Assinatura em: 06/11/2019.

8 cm -11 1292149 - 1

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9223499/2019

PARTES: EMG/SEJUSP e a EMPRESA ELDORADO REFEIÇÕES LTDA. ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviço para fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma Transportada. OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais do Lote 219: Presídio de Itabira, Presídio de João Monlevade, Presídio de Nova Era, Presídio de Rio Piracicaba e Presídio de São Domingos do Prata, conforme Edital do Pregão Eletrônico nº 217/2019. VIGÊNCIA: Este contrato tem vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93. VALOR: O valor total da contratação é de R\$ 8.696.795,28 (oito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1451.06.421.208.4601.0001.339039.03.0.10.1. SIGNATÁRIOS:Rodrigo Machado de Andrade e Emílio David Celini. Assinatura em: 11/11/2019.

4 cm -11 1292156 - 1

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9223330.19

PARTES: EMG/SEJUSP e a DATEN TECNOLOGIA LTDA - ESPÉCIE: Contrato de compra, que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP. OBJETO: A) O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de computadores, notebooks, workstations, tablets e licenças de software de escritório, sob demanda, futura e eventual, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão nº 50/2019 identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. VIGÊNCIA: Este contrato tem vigência por 3 meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. DO VALOR: O valor do presente Termo de Contrato é de R\$6.426,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1451.06.421.208.1136.0001.4490.5207.1.10.3. SIGNATÁRIOS: Wilson Gomes da Silva Junior e José Pacheco de Oliveira Júnior. Assinatura em: 06/11/2019.

4 cm -11 1292147 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201911112238030166.



§4º A notificação das entidades eleitas quanto aos resultados do processo eletivo será considerada, para todos os fins, realizada durante o ato da reunião.

Art. 5º. O eleitor poderá se abster ou votar em branco.

Parágrafo único - A abstenção e o voto em branco não serão computados como votos válidos.

Art. 6º Se do processo eletivo de que trata este Capítulo não resultar escolha de entidade para compor as vagas,a coordenação da CIEA/MG poderá convidar por ato próprio, outras entidades para comporem a vaga em aberto, mediante aprovação da maioria simples do Plenário.

§1º A entidade a ser convidada deverá pertencer ao segmento para o qual a vaga era originalmente destinada.

§2º Excepcionalmente, no caso previsto no caput, as entidades convidadas poderão, a critério do Plenário da CIEA/MG, ser dispensadas de atender parcial ou totalmente as exigências previstas nos Arts. 1º e 2º deste Edital.

§3º No caso previsto no caput, as vagas de titular e de suplente poderão ser ocupadas pela mesma entidade.

Art. 7º A falta sem justificativa válida da entidade eleita, nas mesmas condições previstas para os membros natos, levará à sua substituição pelas demais entidades habilitadas no processo eletivo, a serem convidadas pela Semad obedecendo a ordem de maior votação.

Art. 8º. Não caberá recurso do resultado da eleição.

Capítulo V

Da estrutura e da competência dos órgãos da CIEA/MG

Art.09ºA estrutura e competência da CIEA/MG são descritos no Decreto nº 44.264, de 24 de março de 2006, sendo que o Plenário é a instância superior de deliberação da Comissão e reúne-se periodicamente conforme convocação da Presidência.

§1º As funções desenvolvidas pela CIEA/MG não ensejam qualquer tipo de remuneração, sendo consideradas serviço de relevante interesse público.

§2º É de responsabilidade dos membros da CIEA/MG a disponibilização de recursos físicos, humanos e materiais necessários para o funcionamento da Comissão, podendo contar com apoio dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública e das instituições representativas da Sociedade Civil.

§3º O mandato dos representantes da organização não-governamental legalmente constituída no Estado de Minas Gerais para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e da entidade privada reconhecidamente dedicada ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico na área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida, com atuação na área de educação ambiental, é de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Capítulo VI

Disposições Finais

Art. 10. O calendário das atividades do processo eletivo, os prazos e demais disposições que regem o processo eletivo encontram-se disponíveis no Anexo I deste Edital.

Art. 11. As vagas destinadas às entidades referidas neste Edital considerar-se-ão ocupadas a partir da posse dos membros eleitos neste certame.

Art. 12. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para provimento das vagas, bem como certificar-se de conhecer o Decreto nº 44.264, de 24 de março de 2006 e a Deliberação CIEA-MG nº 01, de 20 de março de 2019.

Art. 13. As entidades habilitadas são unicamente responsáveis por acompanhar as etapas do processo eletivo a que se refere o Art. 3º; por respeitarem prazos estipulados neste Edital, por manter atualizados seus meios de contato, e por acessar com frequência seu correio eletrônico, o sítio eletrônico da Semad e o Diário Oficial do Estado.

Art. 14. Este Edital poderá ser prorrogado, a critério da Coordenação da CIEA/MG.

Art. 15. Os casos omissos serão objeto de decisão pela Presidência da CIEA/MG.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2019.  
GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA,  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANEXOS AO EDITAL		
ANEXO I		
Calendário das Atividades do Processo Eletivo para composição da CIEA/MG para o triênio 2020a 2022.		
Atividade	Prazo	Ações/local
Publicação do Edital	12/11/2019	Diário Oficial do Estado -http://www.iof.mg.gov.br no sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br)
Impugnação contra o Edital	De 12/11/2019 a 25/11/2019	Encaminhar impugnação, devidamente motivada, incluindo documentação comprobatória, quando cabível, por ofício assinado e digitalizado à Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais -DEARI da Semad, para o e-mail educacao.ambiental@meioambiente.mg.gov.br
Análise do resultado da impugnação	De 26/11/2019 a 05/12/2019	Semad
Divulgação do resultado da análise da impugnação	06/12/2019	Sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br)
Inscrição dos candidatos	De 12/11/2019 a 12/12/2019	Encaminhar documentação conforme Arts. 1º e 2º, incluindo os devidos anexos, devidamente preenchida assinada para a Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais – DEARI - da Semad por meio do e-mail educacao.ambiental@meioambiente.mg.gov.br
Análise das inscrições realizadas	De 13/12/2019 a 13/01/2020	Semad
Divulgaçãodo resultado das inscrições realizadas	14/01/2020	Sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br)
Recurso contra o resultado das inscrições	De 14/01/2020a 24/01/2020	Encaminhar recurso devidamente motivado, incluindo documentação comprobatória, quando cabível, por ofício assinado e digitalizado à Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais – DEARI - da Semad por meio do e-mail educacao.ambiental@meioambiente.mg.gov.br
Análise dos recursos interpostos	De 24/01/2020 a 07/02/2020	Semad
Divulgação do resultado final da habilitação dos inscritos, após análise dos recursos, caso existentes.	11/02/2020	Sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br)
Convite dos candidatos habilitados para participar da etapa presencial do processo eletivo	12/02/2020	Encaminhamento do convite para o correio eletrônico cadastrado pelas entidades habilitadas no ato de sua inscrição e disponibilização de comunicado no sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br)
Etapa presencial do processo eletivo	18/03/2020	Endereço a ser divulgado no sítio eletrônico da Semad (www.meioambiente.mg.gov.br)
Divulgação do resultado dos candidatos eleitos à CIEA/MG para o triênio 2020 a 2022.	02/04/2020	Diário Oficial do Estado -http://www.iof.mg.gov.br/

ANEXO II

Formulário de Inscrição referente aos elegíveis para representantes da entidade junto à CIEA/MG para o triênio 2020a 2022.

É obrigatório o preenchimento de todos os itens do Formulário de Inscrição, com letra legível, e a assinatura pelo representante legal da entidade. O Formulário deverá ser encaminhada conforme disposto nos Capítulos I e II deste Edital. O não cumprimento desta obrigação excluirá automaticamente a entidade do processo eletivo.

Formulário de Inscrição referente ao Elegível para o Plenário da CIEA/MG - Triênio: 2020- 2022
1 - Interessado em participar do processo eletivo para a vaga que compõe o Plenário da CIEA/MG na seguinte representação: [ ] Organização não-governamental legalmente constituída no Estado de Minas Gerais para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, cadastrada no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais – CEEA –, da SEMAD, há pelo menos um ano; [ ] Entidade privada reconhecidamente dedicada ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico na área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida, com atuação na área de educação ambiental.
2 – Nome da organização/entidade: _____ Nome do(a) representante legal: _____ Endereço completo da Entidade: Rua/Av.: _____ N.º Complemento: _____ Bairro: _____ Município: _____ UF: _____ CEP.: _____ Telefone: ( ) _____ E-mail: _____
3 – Elegível a representante da Entidade: Nome: _____ Telefone(s): ( ) _____ / ( ) _____ E-mail: _____
4 – A Entidade participa de algum Conselho na área ambiental? Qual (ais)? ____ [ ] Certifico que tenho conhecimento e concordo com os termos do Decreto nº 44.264, de 24 de março de 2006. [ ] Certifico que tenho conhecimento e concordo com os termos da Deliberação CIEA-MG nº 01, de 20 de março de 2019.
5 - Assinatura: _____ Local: _____ de _____ de 2019 Obs.: O Formulário de Inscrição deve ser assinada pelo(a) representante legal da entidade. Todos os campos são obrigatórios.

ANEXO III
Relatório de Atividades desenvolvidas pela entidade candidata a compor a CIEA/MG no triênio 2020a 2022.
É obrigatório o preenchimento de todos os itens do Relatório, de forma legível, e a assinatura pelo representante legal da entidade. O Relatório deverá ser encaminhado conforme disposto nos capítulos I e II deste Edital. O não cumprimento desta obrigação excluirá automaticamente a entidade do processo eletivo.
Relatório de atividades do Elegível para o Plenário da CIEA/MG - Triênio: 2020- 2022
1 - Nome da organização/Entidade:
2 - Introdução: Breve resumo de apresentação da entidade (máximo de 15 linhas).
3 - Atuação: Destacar atividades que realiza para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, na área de educação ambiental (máximo de 20 linhas).
4 - Público: Grupos sociais que são afetados pelas atividades da entidade (máximo de 10 linhas).
5 - Assinatura: _____ Local: _____ de _____ de 2019 Obs.: O Relatório de Atividades deverá ser assinado pelo(a) representante legal da entidade. Todos os campos são obrigatórios.

Todos os campos do Formulário de Inscrição e do Relatório de Atividades são obrigatórios e estes deverão ser assinados pelo representante legal da entidade.

TERMO DE DOAÇÃO SEMAD X IEF  
TERMO DE DOAÇÃO DE BENS APREENDIDOS  
Nº 21 - Eletrônico -2019

Processo SEI nº 2100.01.0005811/2019-67. Doação de motosserras apreendidas que faz a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD para o Instituto Estadual de Florestas - IEF. Objetos: 01 motosserra, modelo MS 170, marca Stihl, série 806138883. AI 69511/2016, valor: R\$ 446,55; 01 Motosserra Husquarna 272XP, 2018 4410847. AI 182734/2019, valor de R\$ 1.202,50; 01 Motosserra Husquarna, 272X, série 21020180911936. AI 205343/2019, valor R\$ 2.387,00. Valor total: R\$ 4.036,05. Data da assinatura do Termo: 07/11/2019. Assinam, pela Doadora, Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Tecnologia, Administração e Finanças da SEMAD e pelo Donatário, Antonio Augusto Melo Malard, Diretor Geral do IEF.

TERMO DE DOAÇÃO SEMAD X IEF  
TERMO DE DOAÇÃO DE BENS APREENDIDOS  
Nº 19 - ELETRÔNICO -2019

Processo SEI nº 2100.01.0006962/2019-30. Doação de motosserras apreendidas que faz a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD para o Instituto Estadual de Florestas - IEF. Objetos: 01 Motosserra, marca Husquarna, modelo 61, nº de controle 967.06.24-00 E 051821196, valor: R\$ 350,00; 01 Motosserra, marca T Maker, sem número de série, valor de R\$ 214,32; 01 Motosserra STIHL MS 170, nº motor 1400615ARS, valor R\$ 503,00. Valor total: R\$ 1.067,32. Data da assinatura do Termo: 07/11/2019. Assinam, pela Doadora, Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Tecnologia, Administração e Finanças da SEMAD e pelo Donatário, Antônio Augusto Melo Malard, Diretor Geral do IEF.

## INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF

INFORMA DA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional do IEF da URFBio Centro Oeste, no uso de suas atribuições, torna público que foram concedidas Autorizações para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme os processos abaixo identificados: \*Ramiz Ribeiro Junqueira – Corte de árvores nativas vivas isoladas, em uma área de 21,4665ha, 11 indivíduos isolados – Oliveira/MG – PA Nº 13020000601/16. DAIA nº 0037761-D. Fitofisionomia: Mata Atlântica. Validade: 2 (DOIS) ANOS, CONTADOS DA DATA DA CONCESSÃO DA AUTORIZAÇÃO: 05/11/2019.

(a) Amanda Cristina Chaves. Supervisora da URFBio Centro Oeste.

## INFORMA O ARQUIVAMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Oeste do IEF torna público que foi(foram) arquivado(s) requerimento(s) de Autorização para Intervenção Ambiental do(s) processo(s) abaixo identificado(s): \*Helena Gertrudes de Melo - 029.579.266-36, Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, Candeias/MG, Processo Nº 13020000100/18, data da decisão: 11/11/2019.

(a) Amanda Cristina Chaves, MASP nº 1.316.503-0 - Supervisora Regional - URFBio Centro Oeste.

REQUERIMENTO DE DAIA

O Supervisor Regional da URFBio Sul do IEF torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o processo abaixo identificado: \*Antônio Vicente da Silva e Outros/Fazenda dos Pinheiros - CPF 555.164.246-15 - Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca,

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

### AUTORIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Despacho: Autorizo o Credenciamento e Ratifico o Ato de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, visando à prestação de assistência a saúde, em caráter eletivo ou de urgência/emergência, a todos os segurados e dependentes regularmente inscritos no Ipsemg, conforme relação de contratos abaixo discriminados. Publique-se. Em 11/11/2019. Leonardo Tadeu Campera Brescia – Diretor de Saúde. Marcus Vinicius de Souza – Presidente do IPSEMG.

Município	Prestador	Edital	Ramo de Atividade	CPF	Valor Global	Dotação Orçamentária	Vigência
Contagem	Gerhard Wener Thorun	Ed. 39/2019	Médico(a)	375.193.796-04	R\$ 670.800,00	2011.10.302.071.4.166. 0001.339036-08.0.50.1	07/11/2019 a 07/11/2020

RELAÇÃO DE HABILITADOS EM OUTUBRO /2019 NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 32/2019 CONSULTÓRIOS MÉDICOS PESSOA JURÍDICA			
Município	Prestador	Ramo de Atividade	CNPJ
Itauna	Geraldo Eustáquio Pereira Consultas Médicas	Consultório Médico	34610233000128
Monte Azul	Eliana Maria Mascarenhas Damasceno	Consultório Médico	34519529000138

RELAÇÃO DE HABILITADOS EM OUTUBRO/2019 NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 33/2019 – CLÍNICAS			
Município	Prestador	Ramo de Atividade	CNPJ
Barbacena	Prevencor Clínica Cardiológica Sociedade Simples Ltda	Clínica	13210599000130
Belo Horizonte	Núcleo de Saude e Estética Integrados Ltda - Me	Clínica	23894813000178
Belo Horizonte	Unidade de Diagnostico por Imagem Ltda	Clínica	25574245000153
Belo Horizonte	Clínica de Fisioterapia Planalto Ltda	Clínica	06313821000164
Belo Horizonte	Clínica Medica Rodrigues Eireli	Clínica	33573073000121
Belo Horizonte	Clínica de Reabilitação Sao Silvestre Ltda	Clínica	05599504000193
Belo Horizonte	Oftalmed - Oftalmologistas Associados	Clínica	00913740000119
Belo Horizonte	Alta Consultorio de Neurologia Ltda	Clínica	07505713000156
Belo Horizonte	Clínica Costa Ferraz Ltda	Clínica	18284342000148
Belo Horizonte	Inal Ciencia e Saude Ltda	Clínica	00643867000165
Belo Horizonte	Centro de Tomografia Computadorizada de MG Ltda	Clínica	20479077000101
Belo Horizonte	Ecocenter Medicina Diagnostica Ltda	Clínica	38692547000178
Betim	Betimcor Clínica Cardiologica	Clínica	02218688000106
Betim	Clínica Dra Marly Siqueira Macedo Ltda	Clínica	04080596000138
Betim	Centro Oftalmologico Dr Carlos Eduardo Ltda	Clínica	10512284000159
Cambuí	Nova Imagem Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda	Clínica	07679915000114
Campo Belo	Instituto dos Olhos de Campo Belo Ltda	Clínica	17189763000125
Contagem	Centro Medico Bandeirantes Cmb Ltda	Clínica	28641126000164
Divinópolis	Clínica Radiologica Santa Paula	Clínica	20887287000120
Divinópolis	Olhares Oftalmologia e Cirurgia Ltda	Clínica	30282444/000148
Formiga	Clínica de Fisioterapia Lopes Ltda	Clínica	01577925000162
Governador Valadares	Othorinus Servicos Medicos Ltda	Clínica	02243845000133
Governador Valadares	Eco Clínica Ultra-Sonografia Ltda	Clínica	01429196000105
Governador Valadares	Lucam Clínica Médica e Assessoria Em Medicina Ocupacional Ltda	Clínica	10502811000144
Guaxupé	Cardiocentro Ltda	Clínica	01122730000128
Itajubá	Gopi - Ginecologia Obstetricia e Pediatria de Itajubá Ltda	Clínica	01898856000199
Itajubá	Clínica da Mulher Amiga Ltda	Clínica	20906265000160
Juiz de Fora	Clínica Pedrosa de Dermatologia Ltda	Clínica	07776272000127
Juiz de Fora	Silva Magalhães Serviços Médicos Ltda	Clínica	21097748000124
Lagoa Santa	Clínica Oto Oftalmocenter Ltda	Clínica	06057026000152

para uso alternativo do solo - Carmo do Rio Claro/MG - Processo Nº 10030000698/19: em 08/11/2019.

(a) Anderson Ramiro de Siqueira. Supervisor Regional URFBio Sul.

CONCESSÃO DE DAIA

O Supervisor Regional da URFBio Sul do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o processo abaixo identificado: \*Cabo Verde Participações Ltda/Fazenda Groião - CNPJ 18.351.305/0001-03, Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP, Passos/MG, Processo Nº 10030000081/18, em área autorizada de 0,2275 (ha). Validade: 2 (dois) anos, contados da data de emissão da autorização: 11/11/2019.

(a) Anderson Ramiro de Siqueira. Supervisor Regional URFBio Sul.

REQUERIMENTO

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Metropolitana torna público que o requerente abaixo identificado solicita Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s): \*Empresa de Mineração Esperança S.A- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em APP-Lote Souza Noschese –CNPJ/CPF 33.300.971/0001-06-Brumadinho/MG-PA/Nº9010001283/19 em 08/11/2019.\*(a) Ronaldo José Ferreira Magalhães. Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Metropolitana.

DECISÃO

O Supervisor Regional da URFBio Metropolitana do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o processo abaixo identificado:\*Residencial Serra da Piedade Empreendimentos Imobiliários-Fazenda Ouro Fino-CNPJ/CPF 21.049.977/0001-73- Supressão de cobertura vegetal nativa,com destoca,para uso alternativo do solo- Caeté/MG, Processo Nº09010000134/18 em área autorizada de 6,3492 (ha) . Validade:08/11/2021 (2) dois anos, contados da data de emissão da autorização: 08/11/2019.\*(a)Ronaldo José Ferreira Magalhães. Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Metropolitana.

INFORMA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo de Cooperação Técnica e operacional nº 2100014.05.003.2019, que entre si celebram o Instituto Estadual de Florestas – IEF e a ESTAMPARIA S/A, com fins de execução em regime de mútua colaboração, de ações de proteção e melhoria na qualidade ambiental. Objeto: O presente instrumento tem por objeto a realização de atividades em regime de integração e cooperação mútua, visando a realização de projetos de recomposição da flora nativa e/ou recuperação de áreas degradadas em propriedades da ESTAMPARIA S/A, nos municípios de Gouveia/MG e Diamantina/MG, conforme Plano de Trabalho. Para a execução do objeto deste Termo de Cooperação, acorda-se entre as partes que o IEF fornecerá 1.000(ml) mudas arbóreas típicas dos biomas cerrado e mata atlântica, à ESTAMPARIA S/A, para serem utilizadas em projetos de plantio de recomposição da flora nativa e/ou recuperação de áreas degradadas em propriedades localizadas em sua área de atuação da Fábrica São Roberto, localizada em Gouveia/MG, na Fábrica Rômulo Franchini, localizada em Diamantina/MG e Fazenda Biribiri, localizada em Diamantina/MG. E, em contrapartida, a ESTAMPARIA S/A se responsabilizará por disponibilizar a esta Unidade Regional do IEF o repasse de insumos, materiais e serviços, conforme ajustado entre as partes no Anexo II, Pactuação de Metas, anexo ao presente, com a finalidade de instrumentalizar as atividades e funcionamento do Viveiro florestal de Gouveia. As mudas serão fornecidas ao SEGUNDO PARTICIPE durante 02 (dois) anos em quantidades pactuadas no Anexo II, Pactuação de Metas.

Data da assinatura: 04 de novembro de 2019.

(a) Eliana Piedade Alves Machado – Supervisora Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha